

**Sul América Santa Cruz Participações S.A.**  
CNPJ 92.664.937/0001-80



**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2017. Em 2017, a Companhia obteve lucro líquido de R\$91,7 milhões, frente a lucro líquido de R\$75,7 milhões no exercício de 2016. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018. A DIRETORIA.

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>997.023</b>	<b>657.311</b>	<b>Circulante</b>		<b>30.431</b>	<b>19.529</b>
Disponível	6	828	821	Contas a pagar		30.431	19.529
Caixa e bancos		828	821	Obrigações a pagar	10	22.294	404
Aplicações financeiras	7	<b>972.857</b>	<b>633.842</b>	Tributos e encargos sociais			6
Aplicações financeiras		972.857	633.842	a recolher			
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>23.338</b>	<b>22.648</b>	Impostos e contribuições	11	7.754	8.671
Títulos e créditos a receber		1.803	2.170	Outras contas a pagar	12	383	10.448
Dividendos a receber		13.639	16.045				
Créditos tributários e previdenciários	8	9.222	5.374	<b>Não circulante</b>		<b>99.635</b>	<b>103.644</b>
Outros		474	859	Contas a pagar		78.481	83.288
(-) Redução ao valor recuperável		(1.800)	(1.800)	Obrigações a pagar	10	78.481	83.288
<b>Não circulante</b>		<b>433.250</b>	<b>374.147</b>	<b>Outras ações judiciais</b>	14.2	<b>21.154</b>	<b>20.356</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>138.323</b>	<b>136.383</b>	Provisões judiciais		21.154	20.356
Aplicações financeiras	7	-	245	<b>Patrimônio líquido</b>	15	<b>1.300.207</b>	<b>908.285</b>
Aplicações financeiras			245	Capital social		1.137.873	837.896
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>138.323</b>	<b>136.138</b>	Reservas de capital		(32.990)	(32.990)
Créditos tributários e previdenciários	8	15.555	19.500	Reservas de lucros		186.455	116.543
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	122.768	116.638	Ajuste de avaliação patrimonial		8.869	(13.164)
<b>Investimentos</b>		<b>294.915</b>	<b>237.753</b>				
Participações societárias	9	294.654	237.490	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.430.273</b>	<b>1.031.458</b>
Outros investimentos		284	284				
(-) Redução ao valor recuperável		(23)	(21)				
<b>Imobilizado</b>		<b>12</b>	<b>11</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.430.273</b>	<b>1.031.458</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(em milhares de reais)

Descrição		Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Capital social	Ágio/Deságio	Total da em transação de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de patrimonial acumulados	Lucros	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01/01/2016</b>	<b>551.121</b>		<b>(32.990)</b>	<b>14.496</b>	<b>206.474</b>	<b>220.970</b>	<b>(76.806)</b>		<b>662.295</b>
Aumento de Capital conforme AGE do dia 23/02/2016	200.066	-	-	-	-	-	-	-	200.066
Aumento de Capital conforme AGE do dia 19/07/2016	86.709	-	-	-	-	-	-	-	86.709
Dividendos intermediários conforme ARD do dia 11/05/2016	-	-	-	-	(180.134)	(180.134)	-	-	(180.134)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	63.642	63.642
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>75.707</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>									
Reserva legal	-	-	-	3.785	-	3.785	-	(3.785)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	53.941	53.941	-	(53.941)	-
Dividendos obrigatórios - R\$1,38 por ação ON	-	-	-	-	17.981	17.981	-	(17.981)	-
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>837.896</b>		<b>(32.990)</b>	<b>(32.990)</b>	<b>18.281</b>	<b>98.262</b>	<b>116.543</b>	<b>(13.164)</b>	<b>908.285</b>
Aumento de Capital conforme AGE do dia 22/12/2017	299.977	-	-	-	-	-	-	-	299.977
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	22.033	22.033	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	91.688	91.688
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>									
Reserva legal	-	-	-	4.584	-	4.584	-	(4.584)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	65.328	65.328	-	(65.328)	-
Dividendos obrigatórios - R\$1,29 por ação ON	-	-	-	-	-	-	-	(21.776)	(21.776)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>1.137.873</b>		<b>(32.990)</b>	<b>(32.990)</b>	<b>22.865</b>	<b>163.590</b>	<b>186.455</b>	<b>8.869</b>	<b>1.300.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121 no bairro Cidade Nova, e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE" e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 28/02/2018 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2018. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos (nota 5), dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos reaisizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legamente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. Derivativos: São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros. 3.2.3. Disponível para a venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "emprestáveis e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. Emprestáveis e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Depósitos Judiciais e Fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. Investimentos – participações societárias: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio ou deságio da aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.5. Redução ao valor recuperável: **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. 3.6. Ativos não financeiros: Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida indefinida, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributários futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 02 anos. Para efeito de apresentação

nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.7. Passivos financeiros circulantes e não circulantes: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.8. Provisões para ações judiciais: 3.8.1. Civis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais civis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores da provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupoamento do ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita,

- continua

## Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de risco (1<sup>a</sup> linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1<sup>a</sup> linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2<sup>a</sup> linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, da forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todos as suas etapas de forma satisfatória (3<sup>a</sup> linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação de riscos.

**operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios, especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país. **4.2. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de ativos deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos;
- Liquidize mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a risco da Companhia.
- 4.3. Risco de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-lo nos termos em que foi acordado. A carteira de crédito privado é composta basicamente por emissores da menor categoria de risco possível (classe AAA e AA+) e as cotas de fundo de investimentos administradas por instituições de primeira linha, de acordo com as melhores práticas de mercado.
- 4.4. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 2017 e 2016.

Descrição	2017									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos até 05 anos	Mais de 05 anos até 10 anos	Valor custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Aplicações financeiras</b>	147.284	90.991	13.334	545.054	167.078	963.741	972.857	9.116	972.857	
Valor justo por meio do resultado	147.261	77.393	11.979	95.188	–	331.821	333.506	1.685	333.506	
Disponível para venda	23	13.598	1.355	449.866	167.078	631.920	639.351	7.431	639.351	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	13.639	–	–	–	–	13.639	13.639	–	13.639	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar</b>	21.776	–	–	–	–	21.776	21.776	–	21.776	
										2016

Descrição	2016									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos até 05 anos	Mais de 05 anos até 10 anos	Valor custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Aplicações financeiras</b>	137.788	64.765	14.178	321.244	90.888	628.863	633.842	4.979	633.842	
Valor justo por meio do resultado	137.766	17.401	1.875	56.010	–	213.052	213.944	892	213.944	
Disponível para venda	22	47.364	12.303	265.234	90.888	415.811	419.898	4.087	419.898	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	16.045	–	–	–	–	16.045	16.045	–	16.045	

5. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, para a data-base 31/12/2017 e 2016, estão mensurados a valor justo através do resultado e estão demonstrados a seguir:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor justo / recebido		Valor a pagar/ pago	
	Vencimento	2017	2016	2017	2016	2017
<b>Contratos futuros:</b>						
<b>Compromisso de compra</b>	Taxa de juros em reais	2021	52.000	–	40.087	–
<b>Compromisso de venda</b>	Índices	2017	–	8.857	–	8.857
				–	–	–
				16.045	16.045	–

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo circulante e na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante. 5.1. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e opções mantidas em fundos de investimentos exclusivos classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:			
2017			
<b>Ativo</b>			
LFT	Vencimento	Quantidade	Valor
	Março/2019	900	8.349
LFT	Setembro/2020	634	5.877
<b>Total</b>		1.534	14.226
			2016
<b>Ativo</b>			
LFT	Vencimento	Quantidade	Valor
	Setembro/2020	238	2.004
<b>Total</b>		238	2.004

LFT: Letras Financeiras do Tesouro

5.2. Análise de sensibilidade à exposição em derivativos:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Vencimento	2017	Vencimento	2016	
<b>Contratos futuros:</b>					
<b>Compromisso de compra</b>	Pré-fixado	(2021)	–	40.087	–
<b>Compromisso de venda</b>	Índices	2017	–	8.857	–
			–	–	–
			16.045	16.045	–
<b>Fatores de risco</b>	VaR 95%	DV01=0,01%			
Pré-fixado	(13)	(2)			
IPCA	28	9			
Renda variável	333	182			
Outros	1	–			
<b>Total</b>	349	189			
<b>Fatores de risco</b>	VaR 95%	DV01=0,01%			
Pré-fixado	361	(16)			
IPCA	(1)	–			
Renda variável	42	–			
Outros	(1)	(11)			
<b>Total</b>	401	(27)			

7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. Nível 1: Títulos de renda variável: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; Títulos de renda fixa - públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros e opções: Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. Nível 2: Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF
---

- continua

## Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

Descrição	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP
Saldo em 01/01/2016	320.933
Equivalência patrimonial	53.183
Ajustes de avaliação patrimonial	61.511
Dividendos	(198.137)
Saldo em 31/12/2016	237.490
Equivalência patrimonial	53.308
Ajustes de avaliação patrimonial	19.901
Juros sobre capital próprio	(16.045)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>294.654</b>

Descrição	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP
Ativo	1.110.745
Passivo	798.562
Patrimônio líquido	312.183
Receita líquida	93.693
Lucro líquido do exercício	56.481
Percentual de participação (%)	94,3850%
Valor contábil do investimento	294.654
Quantidade de ações ordinárias	353
Descrição	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP
Ativo	1.018.734
Passivo	767.116
Patrimônio líquido	251.618
Receita líquida	88.699
Lucro líquido do exercício	56.347
Percentual de participação (%)	94,3850%
Valor contábil do investimento	237.490
Quantidade de ações ordinárias	353

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2017	2016	2017	2016
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (f) (g)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	13.639	16.045	-	10.058
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	21.776	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	28	30
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	56	61
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	57	-	-	13
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (h)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	736	86	-
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>13.696</b>	<b>16.781</b>	<b>21.946</b>	<b>10.162</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2017	2016	2017	2016
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (e) (f) (g)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(334)	(266)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(678)	(539)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	1	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (h)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	(232)	(252)
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	(36)	(33)
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>1</b>	<b>(1.280)</b>	<b>(1.090)</b>

(a) Valor referente ao seguro saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (b) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais da natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Refere-se aos compromissos mobiliários entre a cias do grupo; e (h) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica (para efeitos de comparabilidade, estamos incluindo os valores não informados em 2016).

Os montantes de dividendos recebidos e pagos pela Companhia, em 2017, estão demonstrados a seguir:

Dividendos e JCP recebidos	
2017	
Cia Saúde	-
Sulacap	16.045
<b>Total</b>	<b>16.045</b>
2016	
-	201.258
192.734	-
<b>192.734</b>	<b>-</b>
<b>201.258</b>	<b>-</b>

13.2. Remuneração da administração: Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica. 14. Depósitos judiciais e fiscais, provisões para ações judiciais e contingências: 14.1. Depósitos judiciais e fiscais: Em 31/12/2017 e 2016, os depósitos judiciais e fiscais, assim como a provisão para ações judiciais e obrigações fiscais, são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2017	2016
<b>Tributárias:</b>		
COFINS	256	244
PIS	81.508	77.475
CSLL	8.132	7.683
IRPJ	7.684	7.487
Outros	2.965	1.357
<b>Subtotal</b>	<b>100.545</b>	<b>94.246</b>
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	21.382	21.706
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	841	605
Ações cíveis	-	81
<b>Subtotal</b>	<b>841</b>	<b>686</b>
<b>Total</b>	<b>122.768</b>	<b>116.638</b>
<b>Não circulante</b>	<b>122.768</b>	<b>116.638</b>

14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2016	Atualização monetária	Pagamentos /	Saldos em baixas 31/12/2017
<b>Tributárias: (a)</b>				
PIS	57.161	-	4.300	-
COFINS	227	-	15	-
CSLL	5.839	-	417	(812)
IRPJ	4.939	-	348	-
Honorários	1.120	70	65	(37)
Outros	9.709	-	330	(4)
<b>Subtotal</b>	<b>78.995</b>	<b>70</b>	<b>5.475</b>	<b>(853)</b>
<b>Previdenciárias:</b>				
INSS	18.406	-	1.551	-
<b>Subtotal</b>	<b>18.406</b>	<b>-</b>	<b>1.551</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>97.401</b>	<b>70</b>	<b>7.026</b>	<b>(853)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>103.644</b>			<b>103.644</b>

Descrição	Saldos em 31/12/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos /	Saldos em baixas 31/12/2017
<b>Tributárias:</b>					
PIS	61.461	-	3.019	-	64.480
COFINS	242	-	11	-	253
CSLL	5.444	-	316	-	5.760
IRPJ	5.287	-	266	-	5.553
Honorários	1.218	98	127	-	1.443
Outros	10.035	-	202	(9.245)	992
<b>Subtotal</b>	<b>83.687</b>	<b>98</b>	<b>3.941</b>	<b>(9.245)</b>	<b>78.481</b>
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	19.957	6	1.191	-	21.154
<b>Subtotal</b>	<b>19.957</b>	<b>6</b>	<b>1.191</b>	<b>-</b>	<b>21.154</b>
<b>Total</b>	<b>103.6</b>				

continuação

## Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Santa Cruz Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Santa Cruz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ  
Roberto Paulo Kenedi  
Contador  
CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

## ROMBO MENOR

# Governo central teve déficit primário superior a R\$ 19 bilhões em fevereiro

Total de R\$ 19,293 bilhões registrou no mês passado melhor desempenho para o mês desde 2015

**A**s contas do governo central registraram um déficit primário de R\$ 19,293 bilhões em fevereiro, o melhor desempenho para o mês desde 2015. Em relação ao ano passado, o rombo diminuiu 28,8%, o que significa uma diferença de R\$ 7,8 bilhões. O resultado reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central.

O resultado do segundo mês do ano foi melhor do que a mediana das expectativas do mercado financeiro, que apontava um déficit de R\$ 21,200 bilhões, de acordo com levantamento junto a 21 instituições financeiras. O dado do mês passado ficou dentro do intervalo das estimativas, que estava entre déficits de R\$ 31,000 bilhões a R\$ 8,530 bilhões.

No primeiro bimestre deste ano, o resultado primário foi de superávit de R\$ 11,763 bilhões, o melhor resultado para o período

desde 2013. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era negativo em R\$ 8,332 bilhões.

Em 12 meses até fevereiro, o governo central apresenta um déficit de R\$ 106,2 bilhões - equivalente a 1,61% do PIB. Para este ano, a meta fiscal admite um déficit de R\$ 159 bilhões nas contas do governo central. Na semana passada, o governo elevou o bloqueio no Orçamento para R\$ 18,2 bilhões, a fim de evitar o descumprimento da meta.

As contas do Tesouro Nacional, incluindo o Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 4,821 bilhões em fevereiro. No acumulado do ano, o superávit primário nas contas do Tesouro Nacional (com BC) é de R\$ 40,689 bilhões. As contas apenas do Banco Central tiveram déficit de R\$ 4 milhões em fevereiro e de R\$ 63 milhões nos

dois primeiros meses do ano. O resultado do INSS, por sua vez, foi um déficit de R\$ 14,472 bilhões no mês passado. Já no acumulado do primeiro bimestre, o resultado foi negativo de R\$ 28,926 bilhões.

As receitas do governo tiveram em fevereiro alta real de 9,8% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas tiveram redução real de 0,6% na mesma base de comparação.

No primeiro bimestre, as receitas do governo central avançaram 10,3% ante igual período de 2017, já descontada a inflação. Enquanto isso, as despesas subiram 0,6% na mesma base de comparação.

Mesmo com a devolução de R\$ 30 bilhões em recursos pelo BNDES, o Tesouro ainda projeta uma insuficiência de R\$ 203,4 bilhões para o cumprimento da chamada regra de ouro do Orçamento, que impede

a emissão de títulos da dívida para o pagamento de despesas correntes.

Antes, o rombo na regra prevista para este ano era de R\$ 208,6 bilhões. Isso significa que, mesmo com a devolução pelo banco de fomento, a insuficiência só diminuiu R\$ 5,2 bilhões, de acordo com os dados do Tesouro Nacional.

No acumulado em 12 meses até fevereiro, o governo já apurou uma insuficiência de R\$ 22,6 bilhões para o cumprimento da regra de ouro, o que significaria o descumprimento da norma constitucional em caso de fechamento do ano. Desrespeitar a regra de ouro é crime de responsabilidade dos gestores, inclusive do presidente da República.

O Tesouro ressalta, porém, que a apuração da regra de ouro é feita apenas em bases anuais, ou seja, após os meses de dezembro de cada ano. "A apuração acu-

mula em 12 meses não atesta o cumprimento da regra de ouro", diz o órgão.

As despesas sujeitas ao teto de gastos avançaram 2,5% no primeiro bimestre de 2018. A regra prevista pela Emenda Constitucional 95 permite um crescimento nominal de 3% neste ano. No entanto, como as despesas do governo ficaram abaixo do limite no ano passado, na prática essa margem é maior, de 7,1%.

Cada poder ou órgão tem seu próprio limite de gastos e margem de enquadramento para o cumprimento da regra constitucional. A variação permitida para cada um deles pode ser distinta do percentual global.

Dante dessas margens, estão hoje desenquadrados o Poder Judiciário (com alta de 9,7% nas despesas, ante margem de 7,2%), e o Ministério Público da União (com avanço de 7,8% nos gastos, contra margem de 1,7%).

Entre os órgãos, estão acima do limite a Justiça Federal (alta de 7,5% nos gastos, contra 5,6% de margem), Justiça do Trabalho (12,1% de alta nas despesas, contra 6,8% de margem), Justiça do Distrito Federal e Territórios (aumento de 6,7%, contra margem de 2,7%) e MPU (avanço de 7,8%, contra 1,7% de margem).

O Tesouro ressalta que o cumprimento ou não do teto de gastos é apurado em base anual.

O órgão informou também que vai antecipar para março e abril o pagamento de precatórios. A maior parte dos pagamentos de precatórios tradicionalmente é feita em novembro e dezembro, mas o Tesouro tem feito um esforço de antecipação. Em 2017, os pagamentos foram antecipados para maio e junho. "A antecipação dos pagamentos implica economia de despesa primária", disse.

## SEM ESPAÇO

## Tesouro: 'Déficit previdenciário crescente retira investimento'

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, alertou para o crescimento do déficit da Previdência Social, que no primeiro bimestre atingiu R\$ 28,926 bilhões - alta real de 4,5% em relação aos dois primeiros meses do ano passado. A secretaria destacou que o aumento do déficit tem retirado espaço dos investimentos e das políticas sociais.

No primeiro bimestre, as despesas com o pagamento de benefícios previdenciários atingiram R\$ 87,909 bilhões, com incremento de R\$ 3,2 bilhões em apenas dois meses.

A secretaria destacou que o comportamento das contas do governo em fevereiro, que registraram déficit de R\$ 19,293 bilhões, refletiu efeitos sazonais, como o pagamento do abono salarial e transferências para Estados e municípios de receitas que são compartilhadas com os governos regionais.

Ela informou ainda que em março e abril o Tesouro vai antecipar o pagamento de R\$ 26 bilhões de precatórios, numa estratégia para reduzir os gastos. Vescovi previu ainda uma estabilização das despesas discricionárias (não obrigatórias) em 2018. Segundo a secretaria, o crescimento persistente das despesas obrigatórias implicou retomar o patamar das despesas discricionárias de 2009.

O governo já pagou R\$ 46,0 bilhões em despesas acumuladas em anos anteriores, os chamados restos a pagar (RAP), em 2018, informou o Tesouro Nacional. Mesmo assim, ainda resta um estoque de RAPs de R\$ 95,1 bilhões.

Ana Paula informou que R\$ 4,5 bilhões desse estoque são restos a pagar processados, despesas já reconhecidas pelo governo mas ainda pendentes de pagamento.

"Observamos um crescimento muito acentuado nos restos a pagar nos últimos anos, que competem com despesas do exercício atual.

Houve redução nos últimos dois anos, mas ainda temos esses valores para 2018", disse a secretária.

No ano passado, foram inscritos R\$ 108,8 bilhões em RAP, sendo que quase metade foi paga no próprio exercício. Nos últimos anos, a média de pagamento dos restos a pagar no mesmo exercício tem sido de 51,2%.

Ana Paula lembrou que o Tesouro está estudando o cancelamento de parte dos RAPs não processados - a maior parte do estoque atual - para ajudar no cumprimento da chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes, como salário. "Estamos propondo o cancelamento, dentro de algumas

prioridades, para equacionar a regra de ouro", disse.

Ana Paula disse que a discussão sobre a reoneração da folha de pagamento das empresas "está sendo feita com o objetivo de destinar esses recursos para a segurança". A não aprovação do projeto de lei que reverte o benefício concedido às empresas impacto negativo de R\$ 6,6 bilhões no Orçamento, destacou a secretária.

"Se não tivermos reoneração aprovada, significa que teremos menos receitas previdenciárias e mais despesas. A aprovação da medida abre espaço no teto ao reduzir despesas e eleva a receita previdenciária", destacou. Só em receitas, o impacto é projetado em R\$ 5,3 bilhões. Em despesas, a expectativa é de economia de R\$ 1,4 bilhão se a medida for aprovada.

O governo tem tentado convencer parlamentares a aprovar a reoneração da folha para 50 setores da economia nos moldes do projeto de lei original enviado ao Congresso.

Mas há forte resistência à proposta e o próprio relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), já disse que vai promover alterações para resguardar alguns setores da reoneração.

Qualquer mudança no sentido de manter regras mais benéficas às empresas afeta o impacto a ser obtido pelo governo com a medida.

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, pelo Banco Central, repete que autoridade monetária vê como apropriado - neste momento - um corte adicional na taxa de juros.

"O Comitê julga que este estímulo adicional mitiga o risco de postergação da convergência da inflação rumo às metas", repetiu a ata. Na próxima reunião em maio, reforçou, porém, o documento, essa visão pode se alterar e levar à interrupção dos cortes na Selic.

O BC explicou por que o colegiado decidiu deixar a porta aberta para um novo corte na Selic na próxima reunião, em maio. O documento informa que houve consenso no Copom de que a evolução da conjuntura, do cenário básico e do balanço de riscos tornou clara a necessidade de um ajuste da política monetária em relação ao movimento que havia sido sinalizado como mais provável na reunião anterior, que era de encerramento do ciclo de cortes na taxa Selic.

Parte desse ajuste, considerou o Copom, ocorreu com a redução na semana passada do juro básico da economia em 0,25 ponto percentual, para 6,5% ao ano. O BC lembrou que o 12º corte consecutivo na Selic já estava refletido nas projeções de analistas e na estrutura a termo das taxas de juros.

"Entretanto, os membros do Copom concluíram pela necessidade de tornar a política monetária um pouco mais estimulativa", acrescentou o documento.

De acordo com a ata, o comitê julgou que a dinâmica das diversas medidas de inflação subjacente sinalizava maior risco de postergação da convergência da inflação rumo às metas, por isso um novo corte na Selic mitigaria este risco.

Além disso, mesmo em cenários com a Selic já em 6,5%, as perspectivas de inflação continuaram caindo no horizonte relevante, principalmente para 2018. "O Copom decidiu, portanto, sinalizar que, para a próxima reunião, uma flexibilização monetária moderada adicional se mostra adequada sob a ótica atual", explicou a ata.

O BC informou ainda que essa visão para a próxima reunião poderá se alterar e levar à interrupção do processo de flexibilização monetária, no caso dessa mitigação de riscos se mostrar desnecessária.

A ata também reafirma que os próximos passos da política monetária continuaram dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação.

O Banco Central manteve sua projeção para a alta dos preços administrados em 2018, conforme a ata do último encontro do Copom. Para este ano, o índice calculado continuou em 4,8%. No caso do próximo ano, o percentual caiu de 4,1% para 3,8%. As estimativas anteriores constavam na ata da reunião do Copom de fevereiro.

## BANCO CENTRAL

## BC confirma possibilidade de novo corte de juros em maio

O Relatório de Mercado Focus indicou ontem que a estimativa para 2018 no mercado financeiro é de elevação de 4,90% dos administrados. Para 2019, a expectativa está em 4,50%.

A ata indicou ainda que a projeção para o IPCA de 2018 no cenário de mercado está em 3,8%. A previsão para 2019 também é de 4,1%. Estes são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado, na semana passada, quando a Selic (a taxa básica de juros) foi cortada em 0,25 ponto percentual, de 6,75% para 6,50% ao ano. Foi a 12ª redução consecutiva da taxa, para o menor patamar da história.

As projeções do cenário de mercado levam em conta taxas de juros e câmbio variáveis, apuradas pela pesquisa Focus do BC. Segundo a ata, essas estimativas consideram taxas de câmbio de R\$ 3,30 e R\$ 3,39 ao final de 2018 e de 2019, respectivamente, além da Selic em 6,5% ao ano a fim 2018 e em 8,0% a.a. ao fim de 2019.

Nesse cenário do Banco Central, as projeções indicam que a instituição caminha para o cumprimento da meta de inflação em 2018, mas a inflação esperada caminha em direção ao piso. Isso porque o centro da meta para este ano é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (inflação entre 3,0% e 6,0%). No caso de 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5